

OFICINA SOBRE CREDENCIAMENTO NA LEI 14.133



Leonardo Vieira de Souza

O ETP

Preciso fazer ETP para realizar credenciamento?

Vamos para os pontos cruciais:

OBJETO:		
Dispositivo	Pertinência	Como proceder
I - descrição da necessidade		
III - requisitos da contratação;		
V - levantamento de mercado		
IX - demonstrativo dos resultados pretendidos		
XIII - posicionamento conclusivo		

O EDITAL DE CREDENCIAMENTO E SEUS PONTOS CRUCIAIS

Indicar a fundamentação?

Critérios de distribuição?

Estimativas totais?

Gera contrato?

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO Nº [Inserir Número do Edital]/[Ano]

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [Inserir Número do Processo Interno]

ART. 79, INCISO I - PARALELA E NÃO EXCLUDENTE

O(A) [Nome do Órgão/Entidade Contratante] comunica aos interessados a abertura do presente Edital de Chamamento Público para o instrumento auxiliar de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para prestação de serviços funerários, a fim de atender [descrever o público-alvo e a finalidade, ex: as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social assistidas pela Unidade Administrativa responsável], conforme [Legislação Municipal/Interna Aplicável, se houver, ex: Lei Municipal nº XXXX/XXXX].

O credenciamento será executado em conformidade com as normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021 e das disposições previstas no [Decreto Municipal/Regulamento Interno nº XXXXX, se houver].

Os interessados poderão examinar o presente Edital e seus anexos, bem como tomar conhecimento da documentação necessária para sua formalização por meio do endereço eletrônico [Endereço Eletrônico para Consulta do Edital].

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto a ser credenciado é a prestação de serviços funerários, a fim de atender [descrever o público-alvo e a finalidade, ex: as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social assistidas pela Unidade Administrativa responsável], conforme [legislação interna aplicável, se houver].

1.2. DO DETALHAMENTO ESPECÍFICO DO OBJETO:

Item	Descrição dos serviços	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unitário Estimado R\$	Valor Total Estimado R\$
01		SERV	[Número]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]

2.1. As pessoas jurídicas interessadas em prestar os serviços, objeto deste credenciamento, deverão encaminhar os documentos indicados no item 3 desse edital somente pelo endereço eletrônico [Endereço Eletrônico Oficial] a partir das [Horário] do dia [Data de Abertura].

2.2. A análise da documentação para habilitação ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento, sendo realizado o sorteio inicial entre os credenciados ao fim desses dias, para a primeira classificação e distribuição das demandas.

2.2.1 Essa regra atende ao inciso II, Parágrafo único do art. 79, já que na hipótese de contratação paralela e não excludente, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deve-se adotado, como critério objetivo de distribuição da demanda, a classificação apurada através de sorteio, no dia [Data do Sorteio], com todos os credenciados até a referida data, sendo os futuros credenciados inseridos ao final da lista.

ALTERNAT. A análise da documentação para habilitação ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento, sendo realizada a classificação inicial dos fornecedores com base na data e horário de seus protocolos, sendo que serão sorteados caso o horário de protocolo sejam idênticos.

ALTERNAT. A análise da documentação para habilitação ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento, sendo realizada a classificação inicial dos fornecedores com base na pontuação técnica apurada, seguindo os critérios definidos neste edital.

ALTERNAT. A análise da documentação para habilitação ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento, sendo que os usuários dos serviços irão optar pelo prestador de serviço credenciado na lista, através de procedimento definido pela divisão requisitante.

ALTERNAT. A análise da documentação para habilitação ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento, sendo que os servidores municipais irão optar pela empresa que fará a administração do seu benefício, na forma do regulamento local.

ALTERNAT. A análise da documentação para habilitação ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento, sendo que a escolha do prestador de serviços ocorrerá com base na logística das unidades requisitantes, sendo chamados

ALTERNAT. A análise da documentação para habilitação ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento, sendo realizada a classificação inicial dos fornecedores **em sessão pública**, com base na data e horário de seus protocolos, sendo que serão sorteados caso o horário de protocolo sejam idênticos.

2.2.2. Os futuros interessados poderão encaminhar seus pedidos nos termos desse edital, sendo que, uma vez credenciados, ocuparão o final da classificação definida.

2.2.2.1. A documentação deverá ser encaminhada via [...] plataforma eletrônica no sistema XXXX.

ALTERNAT. A documentação deverá ser protocolada no departamento X, durante o horário de expediente.

ALTERNAT. A documentação deverá ser encaminhada por e-mail, para o endereço XXX, a qualquer horário.

2.2.3. Após a análise da documentação exigida em edital pela comissão julgadora, será encaminhado via e-mail o resultado da análise, que também será publicada no diário oficial do XXX e a lista de credenciados permanecerá atualizada no site institucional.

2.3. O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse edital, durante todo o seu período de vigência.

2.4. As demandas serão distribuídas seguindo a classificação, sendo o objeto transferido ao próximo na lista em caso de impedimento justificado de atendimento da demanda. Sendo que, a cada demanda, o(a) [Administração Pública] irá emitir a ordem do serviço a ser pago em até 30 (trinta) dias do recebimento dos serviços, não havendo garantias de distribuição equânime entre todos os interessados.

2.5. O objeto do presente credenciamento não poderá ser transferido a terceiros.

2.6. Não poderão participar do credenciamento os interessados que:

- a) Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- b) Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- c) Estiverem suspensos temporariamente de participar de licitações ou impedidos de contratar com a Administração;
- d) Forem declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;

2.7. A inscrição neste processo de credenciamento se dará por meio do Anexo V, devidamente preenchido, acompanhado de toda a documentação exigida, e implica aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e atos normativos pertinentes expedidos pela Administração, independente de declaração expressa.

2.8. Os interessados habilitados após análise da documentação apresentada poderão ser credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos.

3. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

3.1. **Atestado de Capacidade Técnica:** comprovação através de 01 (um) ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica expedido por órgão público ou privado comprovando que já executou e/ou executa os serviços, igual e/ou com características semelhantes ao objeto do presente certame.

3.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia do ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/ME), com CNAE compatível ao objeto lícitado.

3.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- e) Prova de regularidade perante o(a) [Nome do Ente Federativo].

3.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

3.5. DEMAIS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

- a) Declaração Unificada conforme ANEXO III do Edital.
- b) Das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:
 - b.1) Certidão simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto à Junta Comercial do Estado onde se localiza a empresa licitante.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

4.1. Eventuais pedidos de impugnações ou esclarecimentos ao presente edital de chamamento público deverão ser dirigidos ao Setor de Credenciamento e enviados através do endereço eletrônico [E-mail para Esclarecimentos/Impugnações].

5. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. Os serviços serão prestados, conforme detalhado no Termo de Referência (TR) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), com pessoal e material próprios do credenciado, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral os eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o(a) [Nome do Ente Federativo].

5.2. Para a realização do serviço, o credenciado deverá receber da [Secretaria/Setor Responsável] a autorização emitida, devidamente assinada, na qual constará o serviço a ser realizado.

5.3. É vedado:

a) o trabalho do credenciado nas dependências ou setores próprios do(a) [Nome do Ente Federativo];

b) o credenciamento de profissionais que sejam servidores, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, do(a) [Nome do Ente Federativo] credenciante, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

c) a cobrança direta ao beneficiário de quaisquer valores decorrentes do credenciamento.

5.4. O(A) [Nome do Ente Federativo] reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

5.5. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente, e apresentar justificativas para o seu descredenciamento.

5.6. Não será permitida a participação de terceiros ao objeto contratado sem autorização prévia e expressa da Administração.

6. DOS RECURSOS:

6.1. O resultado do deferimento ou indeferimento do credenciamento será publicado pelo(a) [Nome do Ente Federativo] durante e/ou após a vigência deste Edital, à medida

que a análise de que trata essa cláusula for concluída, no endereço eletrônico [Endereço Eletrônico Oficial] e enviado por e-mail aos interessados.

6.1.1 Fica[m] a comissão/agente condutor da sessão, autorizado[s] a realizarem diligências para complementar, atualizar ou apurar a condição dos interessados, podendo aceitar documentos pré-existentes e até mesmo realizar a juntada de documentos alcançados em pesquisas eletrônicas.

6.2. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação enviada, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da divulgação, observadas as seguintes determinações:

6.2.1. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação enviada no ato da inscrição, não havendo impedimentos para que a Administração realize diligências com objetivo de aferir a existência ou regularidade dos documentos apresentados.

6.2.2. A Autoridade Máxima poderá decidir pela reconsideração ou manutenção da decisão, devendo, neste caso, expedir decisão definitiva no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

6.2.3. Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderão interpor recurso.

6.2.4. Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios.

6.2.5. Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados por meio do endereço eletrônico [Endereço Eletrônico Oficial].

DA FORMALIZAÇÃO:

6.3. O credenciamento será formalizado mediante termo próprio, conforme Anexo V, contendo as cláusulas e condições previstas neste edital, bem como aquelas previstas no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, que lhe forem pertinentes.

6.4. O termo de credenciamento, após sua formalização, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e demais normas de saúde regulamentadoras dos respectivos serviços prestados.

6.4.1 Se no curso da execução houver indício de violação contratual pelo credenciado, fica facultado ao CREDENCIANTE suspender temporariamente a prestação de serviços prevista no termo de credenciamento, até o término do processo administrativo instaurado para apuração dos fatos supostamente irregulares/indevidos.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado conforme detalhado no (TR), tendo em conta o número de serviços efetivamente realizados por encaminhamento da [Secretaria/Setor Responsável] do(a) [Nome do Ente Federativo].

7.2. O valor estimado da contratação será de: R\$

7.3. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da autorização da prestação do serviço (Relatório Social), emitido pela [Secretaria/Setor Responsável], devidamente assinada pelo beneficiário assistido (familiar), e Nota Fiscal ou documento similar sendo atestado pela [Secretaria/Setor Responsável].

7.4. A documentação indicada no item anterior deverá ser entregue na [Setor Responsável pelo Pagamento], conforme especificações do Termo de Referência anexo I deste edital, sendo que o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após o seu recebimento e confirmação da prestação dos serviços pelo fiscal designado pela Administração.

7.5. Os critérios, documentação, condições e prazos necessários para apresentação de Nota Fiscal, contas referentes aos serviços prestados e glosas, bem como os prazos para liquidação das contas, estão estabelecidos no Termo de Referência anexo I do edital.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. Para atender as despesas decorrentes do credenciamento dos serviços deste edital, serão utilizados recursos próprios em conformidade com a dotação orçamentária abaixo:

As dotações orçamentárias decorrerão do orçamento anual vigente.

- Órgão: [Código e Nome do Órgão Orçamentário]
- Programa de Trabalho: [Código e Nome do Programa de Trabalho]
- Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- Fonte de Recursos: Tesouro [Municipal/Estadual/Federal] e Recurso [Específico, se houver]

9. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

9.1. O(A) [Nome do Ente Federativo] realizará o acompanhamento da execução dos serviços, conforme descrito do Termo de Referência (TR) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP) em anexo a este edital, devendo as intercorrências serem registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

9.2. A fiscalização ou o acompanhamento previsto neste item não excluem e não reduzem a responsabilidade dos credenciados por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. Nos termos do art. 155 da Lei Nacional nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo descumprimento de quaisquer obrigações assumidas perante a Administração, o credenciado, a quem será garantida prévia defesa, ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantindo-se contraditório e ampla defesa: Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 11.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2. O termo de credenciamento poderá ser rescindido por ato formal e unilateral pela Administração, nos casos enumerados no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado o art. 138 da mesma norma, assegurado o contraditório e ampla defesa do contratado.

10.3. No caso da rescisão prevista no item anterior, a Administração deverá comunicar o credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam a este, quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

10.4. Também são causas de rescisão do termo de credenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no respectivo termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à Administração ou ao beneficiário, sem prejuízo das causas previstas na Lei 14.133/2021.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. O extrato do presente Edital será disponibilizado no endereço eletrônico [Endereço Eletrônico Oficial], sendo de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados divulgados.

11.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou envio de documentação relativa ao presente Edital, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento.

11.3. A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do certame.

11.4. Os casos omissos serão dirimidos pela [Secretaria/Setor Responsável].

Demais informações serão prestadas aos interessados de segunda a sexta, das [Horário de Início] às [Horário de Término] ou pelo e-mail [E-mail de Contato 1] ou [E-mail de Contato 2] ou na [Nome do Setor/Local de Atendimento], Sítio [Endereço para Atendimento 1] e na [Nome do Setor/Local de Atendimento 2], Sítio [Endereço para Atendimento 2].

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – LISTA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À [Nome do Órgão/Entidade Contratante] Setor de Credenciamento

**CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO Nº [NÚMERO DO EDITAL] / [ANO]
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [NÚMERO DO PROCESSO] / [ANO]**

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. *Marcar este item caso se enquadre na situação de microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos que atendemos aos requisitos de habilitação, estando ciente da responsabilidade pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

2) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

3) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4) Declaramos, que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme disposto no inciso IV do Art. 14 da lei nº 14.133/2021.

5) Declaramos, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não tivemos condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, conforme disposto no inciso VI do Art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

6) Declaramos, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV do Art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

7) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

8) DECLARO, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, serem autênticas e verdadeiras todas as informações aqui prestadas para participação no CHAMAMENTO PÚBLICO-EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº [NÚMERO DO EDITAL] / [ANO], do(a) [Nome do Órgão/Entidade Contratante]. E que estou ciente da obrigatoriedade de apresentação da documentação complementar quando solicitado, bem como que, qualquer irregularidade constatada, a qualquer tempo, resultará na rescisão contratual.

9) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este(a) [Nome do Ente Federativo], que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato.

10) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: [E-mail para Contato da Empresa] Telefone: [Telefone para Contato da Empresa]

[Local], [Dia] de [Mês] de [Ano].

Nome e assinatura do representante legal da empresa Razão Social completa da licitante (CNPJ)

ANEXO IV – TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE [NOME DO MUNICÍPIO]
CNPJ nº [NÚMERO DO CNPJ]

A PREFEITURA MUNICIPAL DE [NOME DO MUNICÍPIO], pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº [NÚMERO DO CNPJ], com sede na [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. [NOME DO PREFEITO], brasileiro, [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da Cédula de Identidade nº [NÚMERO RG] e inscrito no CPF sob o nº [NÚMERO CPF], no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, estabelece o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, com o fornecedor [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [NÚMERO DO CNPJ], com sede na [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representada pelo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1. O presente Termo tem por objeto estabelecer as normas e procedimentos para execução do objeto da chamada pública XX, por parte do fornecedor credenciado.

1.3. O credenciamento não confere direito subjetivo à contratação, constituindo apenas condição para participação nos certames licitatórios promovidos por este Município, estando o credenciado ciente das regras do edital de chamamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este Termo fundamenta-se nas seguintes normas:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- Decreto Municipal nº [XXX]
- Constituição Federal de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS REQUISITOS PARA CREDENCIAMENTO

3.1. Como previsto em edital, além das condições habilitatórias, o credenciado deverá dispor de todos os requisitos, equipamentos, pessoal e licenças necessárias para a boa execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

5.1. As demandas serão designadas pela Administração através do departamento X, e deverão ser atendidas pelos credenciados no prazo X, sob pena de descredenciamento e aplicação das sanções.

5.2 Serviços com defeito ou falhas, deverão ser refeitos em até X, sob as custas do fornecedor.

5.3 O processo de liquidação e pagamento será acompanhado pelo departamento X, que fará a emissão de relatórios das demandas atendidas pelo fornecedor no período do mês.

5.4. Não há garantias de distribuição proporcional das demandas, seguindo-se os critérios de distribuição previstos em edital.

CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E RENOVAÇÃO

6.1. O credenciamento termo de credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado enquanto o edital de credenciamento estiver ativo.

6.2. A revogação do edital de credenciamento resultará na automática extinção deste termo.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

7.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR CREDENCIADO:

7.3. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

10.1. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará o fornecedor credenciado às sanções previstas no edital de credenciamento.

10.2 Nos termos do art. 155 da Lei Nacional nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo descumprimento de quaisquer obrigações assumidas perante a Administração, o credenciado, a quem será garantida prévia defesa, ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantindo-se contraditório e ampla defesa: Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 11.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este credenciamento não implica direito subjetivo à contratação nem preferência em procedimentos licitatórios.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e o edital de credenciamento.

11.4. O credenciamento poderá ser suspenso temporariamente mediante justificativa fundamentada.

11.5. Fica eleito o foro da Comarca de [NOME DA COMARCA], Estado de [ESTADO], para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Termo, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[MUNICÍPIO], [DIA] de [MÊS] de [ANO].

[NOME Prefeito Municipal	DO	PREFEITO]
[NOME Secretário de Administração	DO	SECRETÁRIO]
[NOME Procurador Jurídico	DO	PROCURADOR]

ANEXO V – FICHA DE INSCRIÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE [NOME DO MUNICÍPIO]
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Eu, abaixo qualificado, venho respeitosamente requerer meu CREDENCIAMENTO junto a esta Prefeitura Municipal, sob a chamada pública n.º [XXX], declarando conhecer e aceitar integralmente as condições estabelecidas no Termo de Credenciamento e o preço praticado.

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: _____

NOME FANTASIA: _____

CNPJ: ..-/

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: _____

ENDEREÇO

ENDEREÇO _____ COMPLETO:

CIDADE: _____ CEP: _ - UF: ____

TELEFONE: (__) - _ E-MAIL: _____

RESPONSÁVEL LEGAL

NOME COMPLETO: _____

CPF: ..- RG: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____

TELEFONE: (__) - _ E-MAIL: _____